

POLÍTICA DE PRIVACIDADE INTERNA (COLABORADOR)



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SETIN

Sumário

1	APRESENTAÇÃO.....	3
2	OBJETIVO.....	3
3	TERMOS E DEFINIÇÕES.....	3
4	ABRANGÊNCIA.....	4
5	PAPÉIS E RESPONSABILIDADES.....	4
6	DIRETRIZES GERAIS.....	7
	<i>6.1 RESUMO DAS INFORMAÇÕES</i>	<i>7</i>
	<i>6.2 POR QUE PRECISAMOS DAS SUAS INFORMAÇÕES?</i>	<i>9</i>
	<i>6.3 COMO UTILIZAREMOS SEUS DADOS PESSOAIS?</i>	<i>11</i>
	<i>6.4 COOKIES</i>	<i>12</i>
	<i>6.5 POR QUANTO TEMPO MANTEMOS SUAS INFORMAÇÕES?</i>	<i>13</i>
	<i>6.6 COM QUEM É COMPARTILHADO SEUS DADOS?</i>	<i>13</i>
	<i>6.7 COMO EXERCER SEUS DIREITOS?</i>	<i>13</i>
	<i>6.8 COMO PROTEGEMOS SEUS DADOS PESSOAIS?</i>	<i>14</i>
	<i>6.9 CONTATO E DÚVIDAS</i>	<i>14</i>
7	CONFORMIDADE.....	15
	<i>7.1 VIOLAÇÕES E PENALIDADES</i>	<i>15</i>
	<i>7.2 ATUALIZAÇÃO DESTA POLÍTICA</i>	<i>15</i>
8	DIAGRAMA DO PROCESSO.....	15
9	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA.....	15
10	ANEXOS.....	16

1 APRESENTAÇÃO

A Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará (DPGE-CE), seus núcleos e as defensorias são controladoras dos dados pessoais que você nos fornece. Esse documento é denominado de Política de Privacidade Interna (Colaborador), e explica como coletamos, utilizamos, armazenamos e divulgamos, isto é, como fazemos o tratamento, de modo geral, dos seus dados pessoais e como você pode exercer os seus direitos. Comprometemo-nos a proteger os seus dados pessoais e respeitamos a sua privacidade, conforme determinado pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Esta Política de Privacidade Interna, direcionada exclusivamente aos nossos colaboradores, poderá ser alterada a qualquer momento, para garantir o nosso compromisso e máxima transparência.

2 OBJETIVO

O objetivo desta política é estabelecer as diretrizes necessárias para garantir a privacidade dos colaboradores. Quando você se torna um colaborador da DPG-CE, está confiando a nós inúmeras informações a seu respeito. Entendemos que isso é uma grande responsabilidade e nos dedicamos para proteger as suas informações e garantir a sua privacidade. Também esclarece as responsabilidades de todos os envolvidos, direta ou indiretamente, com as informações e os dados pessoais da organização, bem como as diretrizes a serem consideradas para preservar e proteger as informações e recursos que processam e/ou transportam estas informações e dados.

Em caso de dúvidas, disponibilizamos o canal de contato apropriado ao final deste documento.

3 TERMOS E DEFINIÇÕES

<i>Dados pessoais</i>	Todas as informações relacionadas a uma pessoa natural, como por exemplo, nome, RG, CPF, endereço, telefone, e-mail, endereço de IP, entre outros;
<i>Dado pessoal sensível</i>	Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
<i>Tratamento de dados</i>	Toda operação realizada com dados pessoais, assim entendidos como a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão,

	distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão, extração, eliminação e descarte, dentre outras;
Controlador	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;
Operador	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
Titular	Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
Colaborador	Entende-se por colaborador toda e qualquer pessoa física, contratada CLT, estagiário, menor ou jovem aprendiz, terceirizado, prestador de serviço por intermédio de pessoa jurídica ou não, que exerça alguma atividade dentro ou fora da DPGE-CE.
Comitê CGIC	Comitê de Governança, Integridade e Conformidade (CGIC). Comitê estabelecido pela DPGE-CE, que tem como principal função ajudar na elaboração e na revisão contínua desta política, assim como na avaliação dos controles utilizados e na resposta pelos incidentes gerados a partir dos eventos de segurança da informação, segurança cibernética e privacidade.
ANPD	Autarquia de natureza especial, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, responsável por zelar pela proteção de dados pessoais e por regulamentar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD no Brasil.

4 ABRANGÊNCIA

Esta política abrange todos(as) defensores(as), servidores(as), estagiários(as), contratados, consultores, temporários ou outras denominações. pertencentes à estrutura organizacional da administração, pertencentes à estrutura organizacional da administração e unidades operacionais da DPGE-CE, bem como ações e atividades externas em que haja atuação dos colaboradores desta organização.

5 PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

ATIVIDADE	RESPONSABILIDADE
Respeitar e seguir esta política interna e seus documentos complementares, proteger os dados pessoais e dados pessoais sensíveis disponibilizados durante o expediente e garantir o uso exclusivo e seguro das senhas de acesso.	Colaboradores

Ter postura exemplar em relação à privacidade, servindo como modelo de conduta para os colaboradores e prestadores de serviço sob a sua gestão.	Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGEP)
Garantir que todos os novos colaboradores recebam instruções sobre sua responsabilidade pela privacidade da informação, com os aspectos culturais, missão, visão, valores, normas, regulamentações, políticas, direitos e deveres que são esperados deles na DPGE-CE, assinando o Termo de Compromisso do Colaborador.	Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGEP)
Estabelecer Plano de Treinamento e Conscientização em privacidade, garantindo a ciência e aderência dos colaboradores e terceiros aos princípios e diretrizes estabelecidos.	Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGEP)
Garantir a anonimização de dados, eliminar, ou ao menos reduzir, a possibilidade de vazamento e violação de dados pessoais.	Secretaria de Tecnologia da Informação (SETIN)
Proteger continuamente todos os ativos de informação da organização contra vazamentos, e garantir que todos os novos ativos sejam protegidos adequadamente.	Secretaria de Tecnologia da Informação (SETIN)
Atuar previamente nos processos, validando as minutas que devem estar alinhadas aos controles de privacidade, aplicáveis, especialmente os Termos de Ciência e as cláusulas de proteção de dados.	Assessoria Jurídica (ASJUR)
Fornecer ao comitê orientações a respeito da conformidade legal dos temas relacionados a direitos de propriedade intelectual, Proteção de registros organizacionais, Proteção de dados e privacidade de informações pessoais, Prevenção de mau uso de recursos de processamento de informação, Segurança da Informação, segurança cibernética e Comunicação, Guarda de registros de conexão e dados cadastrais, e Combate a corrupção e lavagem de dinheiro.	Assessoria Jurídica (ASJUR)
Aprovar esta Política, além de atualizá-la em decorrência de alterações legais, normativas ou estatutárias, tendo-se por derogada qualquer disposição nela descrita que resultar incompatível com alterações futuras do estatuto social da organização ou de norma legal, sendo no mínimo obrigatório a	Comitê de Governança, Integridade e Conformidade (CGIC)

revisão anual.	
Zelar pela aplicação efetiva das melhores práticas de Proteção à Privacidade.	Comitê de Governança, Integridade e Conformidade (CGIC)
Garantir que medidas corretivas sejam tomadas quando desconformidades forem identificadas.	Comitê de Governança, Integridade e Conformidade (CGIC)
Designar formalmente o responsável pela função de DPO.	Comitê de Governança, Integridade e Conformidade (CGIC)
Ser independente e se reportar à Gestão Superior da DPGE-CE e ao Comitê de Governança, Integridade e Conformidade (CGIC), para assegurar uma efetiva gestão dos riscos de privacidade, além de estar envolvido na gestão de todas as questões relacionadas ao tratamento de dados pessoais.	Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO)
Ser um conhecedor na legislação, na regulamentação e na prática de proteção de dados.	Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO)
Atuar como um ponto de contato junto às autoridades de supervisão (ANPD).	Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO)
Fornecer orientações em relação às avaliações de impacto de privacidade, conduzidas pela DPGE-CE.	Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO)
Manter um canal ativo com os operadores de dados pessoais e com os terceiros envolvidos no escopo do programa de conformidade com a LGPD.	Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO)
Ser um ponto de contato com o cliente em relação ao tratamento de dados pessoais, como também para os titulares de dados pessoais relacionados ao tratamento.	Encarregado de Proteção de Dados (DPO)
Elaborar e aplicar a melhoria contínua na Segurança da Informação e Segurança Cibernética.	Encarregado de Segurança da Informação e Cibersegurança (CISO)
Manter e aplicar a Política de Segurança da Informação e Segurança Cibernética.	Encarregado de Segurança da Informação e Cibersegurança (CISO)

Promover a manutenção, bem como a disseminação da cultura sobre Segurança da Informação e Segurança Cibernética.	Encarregado de Segurança da Informação e Cibersegurança (CISO)
Realizar ou acompanhar análise de riscos e avaliações de impactos e definir as medidas de segurança a serem implementadas e realizar seu gerenciamento.	Encarregado de Segurança da Informação e Cibersegurança (CISO)
Analisar os incidentes de segurança e manter a Diretoria informada sobre a ocorrência de incidentes ou ameaças de segurança.	Encarregado de Segurança da Informação e Cibersegurança (CISO)
Apresentar e justificar o plano de investimentos em Segurança da Informação e Segurança Cibernética.	Encarregado de Segurança da Informação e Cibersegurança (CISO)

6 DIRETRIZES GERAIS

6.1 RESUMO DAS INFORMAÇÕES

A DPGE-CE, por meio dessa política, busca garantir a privacidade dos seus colaboradores. Por meio desta sessão, serão apresentados o resumo das informações:

Quais dados pessoais são tratados pela DPGE-CE?	Dentre os seus dados pessoais que tratamos, podemos listar: • dados de qualificação civil (como nome, sexo, filiação, matrícula, RG, CPF, data de nascimento, título de eleitor); • dados de contato (como telefones, celular, e-mail e endereço); • dados familiares (como nome dos familiares, certidão de nascimento de filhos e nome e valores de beneficiários de pensão alimentícia); • dados financeiros (como banco, agência e número da conta); • dados profissionais (como histórico de experiência e formação); e • dados de saúde (como atestados de afastamento, informações sobre doenças graves e exames periódicos); • Registros públicos (ou dados publicamente acessíveis); • Dados sociais e/ou demográficos (profissão, trabalho, nacionalidade, renda ou situação familiar); • Eventualmente, podemos coletar dados pessoais sensíveis. Isso inclui informações sobre sua raça ou etnia, crenças religiosas ou
--	--

	filosóficas, vida sexual, orientação sexual, opiniões políticas, associação a sindicatos, dados relacionados à sua saúde ou dados genéticos ou biométricos.
Por que precisamos das suas informações?	Nós, da DPGE-CE, utilizamos os seus dados pessoais para atender a finalidades específicas, como permitir o seu acesso ao ambiente de trabalho, possibilitar que você realize o seu trabalho (cadastrando seus dados na rede e aplicações, por exemplo), efetuar o pagamento de salário e reembolsos, fazer a inclusão de benefícios, cadastrar você no portal de comunicação, emissão de documentação de transporte, dentre outras, e em razão da existência de leis e regulamentações que exigem o tratamento e compartilhamento dessas informações.
Como coletamos essas informações?	A maioria das informações que temos sobre você nos foram fornecidas no seu processo de admissão (entrega de documentos pessoais, currículos, preenchimento de formulários) e inseridas em nossa aplicação.
Por quanto tempo mantemos suas informações?	Via de regra, nós armazenamos as suas informações pessoais até o término da relação de trabalho estabelecida. Contudo, certas informações serão mantidas mesmo após o seu desligamento, com o objetivo de cumprir prazos de guarda de documentos estabelecidos em leis trabalhistas e tributárias ou regulamentações específicas, ou para resguardar os nossos direitos.
Com quem compartilhamos os seus dados pessoais?	Nós podemos compartilhar os seus dados pessoais com órgãos públicos, como a Receita Federal, Ministério do Trabalho, Prefeitura, empresas contratadas pela DPGE-CE e instituições privadas, como planos de saúde médico e odontológico, cartão de benefícios de alimentação e combustível, seguro de vida, vale transporte, serviços de saúde, medicina e segurança do trabalho.
Como exercer os seus direitos?	Seus direitos, como titular dos dados, podem ser exercidos por meio de requisições direcionadas ao e-mail: privacidadededados@defensoria.ce.def.br
Como protegemos seus dados pessoais?	Nós possuímos políticas e procedimentos corporativos internos que determinam como os dados pessoais devem ser tratados, incluindo os seus. Essas normas internas têm como objetivo garantir o tratamento adequado e lícito dos dados. Além disso, adotamos medidas técnicas aptas a manter os seus dados pessoais seguros e protegidos de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração e comunicação.

Atualização deste aviso de privacidade	Caso tenha qualquer mudança no tratamento dos seus dados pessoais, atualizaremos este aviso e lhe informaremos sobre a atualização.
Contato e dúvidas	Em caso de dúvida ou sugestões, você pode encaminhar um e-mail para privacidadededados@defensoria.ce.def.br

6.2 POR QUE PRECISAMOS DAS SUAS INFORMAÇÕES?

Suas informações podem ser tratadas para atingir diversos objetivos. Abaixo estão as principais razões pelas quais precisamos de seus dados pessoais:

POSSIBILITAR QUE VOCÊ FAÇA O SEU TRABALHO, TENHA ACESSO AOS BENEFÍCIOS OFERECIDOS E RECEBA O PAGAMENTO DA SUA REMUNERAÇÃO

Para viabilizarmos o exercício das suas atividades de trabalho como colaborador ou prestador de serviço da DPGE-CE, fornecermos benefícios para você e seus familiares (treinamentos, auxílio médico, odontológico e seguro de vida) e realizarmos o pagamento da sua remuneração, e para isso precisamos tratar os seus dados pessoais.

ZELAR PELA SUA SEGURANÇA

Para zelar pela sua segurança e dos demais colaboradores e terceiros, nós da DPGE-CE, poderemos tratar seus dados pessoais, como foto de cadastro e incluir dados sensíveis, como por exemplo, biometria para controlar o acesso às nossas dependências, bem como para evitar fraudes de identidade no acesso.

CUMPRIR COM AS NOSSAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E REGULATÓRIAS

Seus dados pessoais poderão ser tratados por nós para o cumprimento de obrigações impostas por lei, regulamentações de órgãos governamentais, por autoridades fiscais, pelo Poder Judiciário e/ou por qualquer outra autoridade competente. Este tratamento, a depender da obrigação, poderá incluir seus dados de qualificação completa, documentos pessoais, dados bancários e/ou previdenciários e de saúde, para, por exemplo, enviar os registros necessários ao e-social ou à Receita Federal, emitir requerimento de auxílio-doença e da Declaração de Imposto de Renda retido na Fonte, entre outros.

PERMITIR QUE NÓS EXERÇAMOS NOSSOS DIREITOS

Trataremos alguns de seus dados pessoais, inclusive após o término da relação contratual, para exercer os nossos direitos, caso tenhamos que comprovar quaisquer reclamações relativas ao seu contrato de

trabalho. Além disso, podemos tratar os seus dados para lhe indicar como preposto ou testemunha em processos judiciais, administrativos ou arbitrais.

VIABILIZAR ATIVIDADES NECESSÁRIAS PARA A NOSSA OPERAÇÃO

Poderemos tratar os seus dados pessoais quando isso for necessário para a continuidade de nossas operações, tais como, criação de usuários e senhas para permitir seu acesso aos nossos sistemas e realizarmos análises de integralidade e conflitos de interesses, por exemplo. Nestes casos, o tratamento somente ocorrerá se for estritamente necessário para o alcance dessas finalidades.

OFERECER OUTROS BENEFÍCIOS PARA VOCÊ

Em alguns casos, tratamos informações pessoais de maneira a possibilitar que você usufrua de outros benefícios oferecidos por nós. Por exemplo, poderemos tratar seus dados pessoais de qualificação para oferecermos auxílio médico, odontológico e seguro de vida ou para comemorar seus aniversários relativos ao tempo em que trabalha conosco.

Nós tratamos os seus dados pessoais apenas para as finalidades descritas neste aviso, para os propósitos informados a você no momento da coleta dessas informações e outras finalidades que sejam compatíveis com aquelas apresentadas no momento da coleta dos dados.

COMO COLETAMOS SEUS DADOS PESSOAIS?

A maioria das informações que tratamos são fornecidas diretamente por você, na entrega dos documentos para a sua admissão, atualização cadastral, ou informações inseridas por você em nossos sistemas. Seus dados pessoais são coletados das seguintes formas:

- Por meio de interações diretas, quando você nos fornece seus dados pessoais preenchendo formulários ou em correspondências conosco. Isso inclui quando você:
 - Reúne-se conosco pessoalmente ou mediante conversas presenciais;
 - Participa de um processo seletivo para uma vaga de emprego;
 - Preenche questionários, por exemplo, ou fornece informações adicionais;
 - Celebra um contrato conosco;
 - Por meio da utilização do nosso site, quando coletamos dados pessoais por meio de cookies ou tecnologias semelhantes que nos informam sobre o seu equipamento, ações e padrões de navegação;

- Por meio de terceiros, como empresas de recrutamento de colaboradores, empresas de classificação de crédito e empresas de prevenção de fraude.

6.3 COMO UTILIZAREMOS SEUS DADOS PESSOAIS?

Utilizamos seus dados pessoais quando precisamos deles para uma finalidade específica, isto é, se tivermos um motivo ou uma base legal para isso. Os regulamentos exigem que tenhamos uma base legal para a proteção da sua privacidade, assim, as bases legais que podemos utilizar incluem:

- **Execução de contrato.** Por exemplo: assinamos um contrato de trabalho com você.
- **Cumprimento de obrigação legal.** Quando necessitamos utilizar seus dados pessoais para cumprir a lei e para cumprir as obrigações regulatórias.
- **Exercício regular de direitos** em processos judiciais ou administrativos. Por exemplo, podemos ter que processar os seus dados pessoais em uma eventual ação trabalhista ajuizada por você após a rescisão do contrato de trabalho.
- **Proteção a vida** ou integridade física. Em algumas circunstâncias, podemos tratar dados de saúde, incluindo condições de saúde física e mental, incapacidades, registros de falta por motivo de saúde e notificações de acidente, para proteger a vida ou a segurança física do titular desses dados pessoais ou de terceiros.
- **Legítimo Interesse.** Nós, ou um terceiro com o qual necessitemos compartilhar os seus dados, temos um interesse legítimo no tratamento dos seus dados pessoais. Por exemplo, quando os seus dados pessoais são tratados para desenvolvimento nas nossas atividades empresariais.

Descrevemos na tabela abaixo as formas que planejamos utilizar os seus dados pessoais e as bases legais que utilizaremos. Também explicamos quais são os nossos interesses legítimos, quando aplicável:

Finalidade	Base legal para o tratamento, incluindo nossos interesses legítimos
Admiti-lo como novo Colaborador	Cumprir nossas obrigações legais; Cumprir o nosso contrato de trabalho com você;
Fornecer plano de saúde a você ou outro benefício determinado por lei ou convenção	Cumprir as obrigações legais e fornecer plano de saúde aos Colaboradores; Proteger a vida ou a integridade física do titular dos dados ou de terceiros

Realizar tarefas de gestão de Recursos Humanos, como folha de pagamento	Cumprir o nosso contrato de trabalho com você
Proteger as condições de saúde física e mental, registros de falta por motivo de doença e notificações de acidentes de nossos Colaboradores	Proteger a vida ou a integridade física do titular dos dados e de terceiros
Defesa em ações trabalhistas	Exercício regular de nossos direitos em processos judiciais ou administrativos
Prevenção de fraude	Proteger os interesses legítimos do controlador ou de terceiros, desde que os seus interesses ou os direitos fundamentais e liberdades não sejam prejudicados por esses interesses

6.4 COOKIES

Ao acessar os ambientes virtuais da DPGE-CE, como por exemplo o *website* Institucional (<https://www.defensoria.ce.def.br>), mesmo sem preenchimento de formulários, poderão ser coletados/registrados *cookies* criptografados pelo Google e outras ferramentas.

Os *cookies* podem ser entendidos como pequenos arquivos que são armazenados no dispositivo de um navegador da internet, quando um usuário acessa um site. Utilizamos *cookies* para controle interno e, também, para lhes oferecer os nossos produtos/serviços de uma forma facilitada e customizada. As informações são demográficas e comportamentais para demonstrar análise do perfil de cada usuário.

Atenção: Dependendo do navegador de internet, pode estar programado para não aceitar "cookies", portanto, caso você não deseje compartilhar *cookies*, é possível configurar para recusá-los. Entretanto, vale ressaltar que ao bloquear os *cookies*, poderão ocorrer dificuldades de acesso a determinadas seções de nossos ambientes virtuais.

6.5 POR QUANTO TEMPO MANTEMOS SUAS INFORMAÇÕES?

Armazenamos os seus dados mesmo após seu desligamento, para cumprir legislações ou regulamentações específicas e para resguardar os nossos direitos. Mantemos somente os dados necessários para estas finalidades.

Quando possível, utilizaremos meios técnicos para impedir a associação direta ou indireta entre os seus dados pessoais que guardamos e você. Se isto não for possível (por exemplo, se seus dados estiverem em nosso *backup*), nós asseguramos que utilizaremos medidas técnicas e administrativas compatíveis com nossa atuação para dar segurança aos seus dados pessoais e que seus dados serão isolados de qualquer outra atividade de tratamento até que possam ser descartados.

6.6 COM QUEM É COMPARTILHADO SEUS DADOS?

Nós compartilhamos os seus dados pessoais com órgãos governamentais, Poder Judiciário, consultorias especializadas, auditores, administradoras de benefícios, operadoras de saúde, empresas de medicina e segurança do trabalho, instituições financeiras e instituições de ensino.

Quando houver o compartilhamento dos seus dados, isso acontecerá para cumprir alguma finalidade específica, informada a você.

Nós utilizamos instrumentos contratuais e treinamentos para assegurar que qualquer terceiro que receba os seus dados pessoais, garanta a eles a proteção adequada.

6.7 COMO EXERCER SEUS DIREITOS?

Você, nosso colaborador, tem os seguintes direitos, relativos aos seus dados pessoais:

- a) Obter a confirmação do tratamento dos dados pessoais pela DPGE-CE e solicitar acesso a esses dados;
- b) Obter a informação de com quem compartilhamos os seus dados pessoais;
- c) Solicitar a correção, atualização e/ou completar os seus dados pessoais;
- d) Requerer a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados de forma ilícita;
- e) Revogar o seu consentimento, quando os seus dados pessoais são tratados sob essa hipótese.

Além disso, você pode exercer qualquer outro direito conferido por lei.

Para exercer seus direitos, entre em contato através do e-mail: privacidadededados@defensoria.ce.def.br

Em casos específicos, é possível que a sua requisição não seja atendida. Nestes casos, nós explicaremos os motivos que justificaram o não atendimento.

Requisições que envolvam dados pessoais e/ou documentos de outros titulares não serão atendidas, exceto mediante procuração, poder parental ou outra hipótese que autorize o exercício do direito de outro titular por você.

6.8 COMO PROTEGEMOS SEUS DADOS PESSOAIS?

Temos políticas e procedimentos internos que determinam como os dados pessoais devem ser tratados na DPGE-CE. Essas normas internas têm como objetivo garantir o tratamento adequado e lícito dos dados.

Nesse contexto, adotamos medidas técnicas aptas a manter os seus dados pessoais seguros e protegidos de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito, sempre à luz das regras aplicáveis de proteção de dados e segurança da informação.

Como exemplo de algumas medidas que tomamos, estão:

- a) Controle estrito do tratamento de dados pessoais, incluindo limitação de acesso, e acesso protegido por senha;
- b) Mecanismos de autenticação de acesso;
- c) Soluções de antivírus e firewall;
- d) Outros.

6.9 CONTATO E DÚVIDAS

Caso tenha qualquer dúvida, sugestão ou solicitação que envolva este documento, entre em contato com o Encarregado de Proteção de Dados através do endereço de e-mail: privacidadededados@defensoria.ce.def.br

Nosso Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO) é Elienai Amaro de Souza ele poderá responder e auxiliar no entendimento deste documento ou esclarecer quaisquer outras dúvidas relativas ao tratamento dos seus dados pessoais.

Encarregado de Dados: Elienai Amaro de Souza

Telefone: (85) 3194-5089

E-mail: privacidadededados@defensoria.ce.def.br

Site: <http://www.defensoria.ce.def.br/>

7 CONFORMIDADE

A conformidade com requisitos legais e contratuais é de responsabilidade de todos os colaboradores da DPGE-CE. Os gestores imediatos devem identificar e observar a legislação aplicável à DPGE-CE, garantindo a adequação contratual e observância das diretrizes desta Política.

Os requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) devem ser observados por todos os colaboradores visando preservar a privacidade do titular dos dados pessoais. Em nenhum caso, o colaborador poderá vender ou transferir informações da DPGE-CE ou de responsabilidade desta a terceiros, ou fornecer acesso a elas sem a autorização formal e prévia. Para informações adicionais consulte a *Política de Governança e Proteção de Dados*.

7.1 VIOLAÇÕES E PENALIDADES

a) Violações: Os incidentes de segurança da informação e segurança cibernética identificados devem ser avaliados pelo Encarregado de Segurança da Informação. Ao constatar uma violação, ele deve encaminhar o relatório para a Comissão de Ética ou para Comitê de Governança, Integridade e Conformidade - CGIC, que, após análise, poderá instaurar e apurar as responsabilidades dos envolvidos em procedimento próprio, sugerindo à área gestora da relação a aplicação de sanções administrativas cabíveis previstas em cláusulas contratuais, normas e políticas incidentes sobre o regime de pessoal e outros documentos normativos da DPGE-CE, além da legislação vigente.

b) Tentativa de Burla: A tentativa de burlar as diretrizes e controles estabelecidos, quando constatada, deve ser tratada como uma violação.

7.2 ATUALIZAÇÃO DESTA POLÍTICA

A DPGE-CE reserva-se no direito de alterar ou atualizar esta Política. A versão mais recente, datada de 26/09/2024, está acessível em <https://www.defensoria.ce.def.br/politica-de-privacidade> e solicitamos que você o leia regularmente.

8 DIAGRAMA DO PROCESSO

- Não se aplica

9 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

- Política de Segurança da Informação e Segurança Cibernética
- Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

10 ANEXOS

Serão criadas, aprovadas e implementadas as seguintes políticas, normas e planos complementares para apoiar esta política:

- Aviso de Privacidade - Site